

LEI Nº077 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009

APROVADO

EM 18/12/2009

VOTO(S) CONTRA 00

VOTO(S) FAVORÁVEL(ES) 08

ABSTENÇÃO(ÕES) 00

CÂMARA MUN. DE GILBUÉS-PI

Paulo Henrique Nogueira Mascarenhas
Presidente da Câmara

Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos, Vencimento e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Gilbués, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, dos artigos 8º § 1º e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e Lei 12.014 de 06 de agosto de 2009, art. 1º incisos I, II e III, e Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GILBUÉS, ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO ÚNICO
DO PLANO DE CARREIRA**

Art.1º - Esta Lei dispõe sobre a adequação, a reestruturação, reorganização do Plano de Carreira, Cargos, Vencimento e Remuneração dos Profissionais da Educação e Empregos Públicos de Magistério do Município de Gilbués, de acordo com as diretrizes, emanadas do Conselho Nacional de Educação, previstas na resolução nº 02, de 28 de maio de 2009, no art. 6º da Lei nº 11.738 de 16 de junho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, dos artigos 8º § 1º e 67 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e Lei 12.014 de 06 de agosto de 2009, art. 1º incisos I, II e III, e da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Art.2º - O regime jurídico dos Profissionais da Educação é o vigente para os servidores em geral do município, observadas as disposições específicas desta lei.

Art.3º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. Cargo Público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor público;
- II. Servidor Público é a pessoa legalmente investida em cargo ou emprego público;
- III. Emprego Público posto de trabalho ocupado por servidor celetista;
- IV. Classe é o desdobramento de um cargo no sentido de carreira;
- V. Carreira é o conjunto de cargo e classes da mesma natureza de trabalho, escalonados segundo o grau de responsabilidade e complexidade;
- VI. Quadro de Pessoal é o conjunto de cargos efetivos e das funções de confiança integrantes da rede municipal de ensino;
- VII. Professor é o ocupante de emprego com funções de magistério;
- VIII. Cargo Técnico é o que exige conhecimentos profissionais especializados para o seu desempenho, dada a natureza científica ou artística das funções que desempenha;
- IX. Magistério é o conjunto de profissionais da Educação, ocupante de emprego de professor que oferece a docência e funções de suporte pedagógico à docência, no âmbito do ensino público municipal com vistas a atingir os objetivos da educação;
- X. Área de Atuação refere-se à etapa da Educação Básica em que o professor desenvolve suas funções;
- XI. Horas-aulas corresponde a toda e qualquer atividade programada com frequência exigível e efetiva orientação por professor habilitado, realizada em sala de aula ou em outro local, adequado ao processo de ensino aprendizagem;
- XII. Horas-atividades são as horas destinadas à programação e preparação do trabalho didático, à colaboração com as atividades de direção e administração da escola, ao aperfeiçoamento profissional e à articulação com a comunidade;
- XIII. Nível ou Referência de Vencimento é a posição distinta na faixa salarial, identificada por algarismo romano de I a VII.

Parágrafo Único - Serão utilizadas para esta Lei os conceitos dispostos na Lei 9394/96.

**TÍTULO II
DA CARREIRA**

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO**

Art. 4º - A carreira dos profissionais da educação municipal tem como princípios fundamentais:

- I. Habilitação profissional exigida para o exercício do magistério através da comprovação da titulação específica;
- II. Profissionalização do pessoal do magistério através da implementação de condições e meios que assegurem a formação e o desenvolvimento profissional, a valorização e a concentração de seus próprios esforços no campo da educação;

- III. Remuneração condigna pelo estabelecimento do piso salarial profissional;
- IV. Progressão funcional e salarial baseada na titulação e avaliação;
- V. Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento para tal fim;
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da Lei Federal nº 9.394/96, art. 14;
- VII. Garantia de padrão de qualidade do ensino;
- VIII. Igualdade de tratamento para efeitos didáticos e técnicos;
- IX. Ingresso na carreira exclusivamente por concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos do art. 37, inciso II da CF/88.

CAPITULO II DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 5º - O quadro de pessoal dos profissionais da educação é constituído de professor, pedagogo e demais trabalhadores em educação, cujos ocupantes possuam a qualificação consignada no artigo 4º desta lei nos moldes previstos na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Art. 6º - As funções de confiança de diretor de unidade escolar serão criadas pelo Prefeito Municipal, observando a resolução nº 02 de 28 de maio de 2009, art. 5º inciso X, de acordo com as necessidades da rede municipal de ensino e considerando:

- I. número de salas de aula;
- II. grau de ensino ministrado;
- III. número de turnos.

Parágrafo Único – A escolha para ocupante da função de diretor será regida através de norma própria criada pelo Conselho Municipal de Educação;

CAPITULO III DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 7º - O ingresso de profissionais da educação far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 8º - O provimento de cargos efetivos do pessoal do magistério são acessíveis aos brasileiros ou equiparados e o ingresso dar-se-á com o vencimento inicial da carreira, atendidos os pré-requisitos de qualificação e de idade mínima de 18(dezoito) anos.

Art. 9º - As normas específicas para realização do concurso, para provimento de cargos do magistério, serão aprovadas no edital do concurso, observando a legislação pertinente.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 10 - Ao entrar em exercício, o profissional da educação nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observando os seguintes fatores:

- I. pontualidade;
- II. assiduidade;
- III. capacidade de iniciativa;
- IV. produtividade;
- V. responsabilidade;
- VI. disciplina.
- VII. Eficiência.

§ 1º - A avaliação de desempenho e os demais requisitos do estágio probatório serão aferidos em instrumento próprio, por uma comissão instituída para esse fim, nos termos de regulamento do poder executivo municipal.

§ 2º - É assegurado ao ocupante de cargo de carreira o direito de acompanhar todos os atos de instrução do procedimento que tenha por objetivo a avaliação de seu desempenho.

§ 3º - Fica garantido aos profissionais de educação que já tenha cumprido o estágio probatório a sua estabilidade em caso de mudança de regime jurídico.

Art. 11 – A homologação do estágio probatório pelo poder executivo municipal observará o prazo de quatro meses antes de findo o seu período, dando-se ciência ao titular do cargo de profissional da educação.

Art. 12- O profissional da educação municipal concursado não aprovado no estágio probatório será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

Art. 13- O ocupante de emprego de magistério em estágio probatório poderá exercer qualquer uma das funções de suporte pedagógico direto a docência.

CAPÍTULO V DA ESTABILIDADE

Art. 14 – Estabilidade é a garantia constitucional que enseja a permanência do concursado nomeado para o cargo de provimento efetivo, depois de cumprido o período compreendido para realização do estágio probatório, nos termos do art. 41 da CF/88.

Art. 15 – O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. 16 – Habilitado exclusivamente por concurso público para cargo efetivo, o profissional da educação adquirirá estabilidade ao completar o prazo de três anos de efetivo exercício.

Art. 17 – Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação de desempenho.

TÍTULO III DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 18 – O desenvolvimento funcional dos profissionais em educação básica do município dar-se-á através da progressão funcional e salarial.

Art.19 - Progressão é a evolução do profissional do magistério sob a forma de progressão funcional, em função da qualificação e da avaliação do seu desempenho.

SEÇÃO I DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 20 – O concurso público para provimento dos cargos dos profissionais da educação municipal será de provas ou provas e títulos, conforme disposto em edital.

§1º A avaliação de títulos será exigida apenas para os cargos do magistério;

§2º O edital deverá ser previamente publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes da realização das provas do seguinte modo:

- I. Integralmente em Diário oficial;
- II. Resumidamente, em jornal de grande circulação;
- III. Na internet através do site oficial do Município ou nos principais Portais de notícias do Estado;
- IV. Afixados em murais em locais públicos do Município;

§3º As provas de conhecimento, didática se houver serão disciplinadas pelo edital do concurso, atendida as seguintes casta:

- I. A nota será calculada por média ponderada, na qual os títulos terão o menor peso;

II. Somente poderão ser considerados títulos pertinentes e relevantes à área de conhecimento do cargo de magistério a ser provido;

III. A avaliação de títulos cuja pontuação não excederá até 10 (dez) pontos do valor da primeira prova, não terá caráter eliminatório, sendo vedada a atribuição de pontos pelo tempo de serviço do servidor não concursado, ou investido fora das hipóteses do artigo 19 do ADCT, da Constituição Federal.

§4º O resultado do concurso público, com os nomes dos candidatos aprovados e as respectivas notas, deverá ser publicado em Diário oficial.

§5º Os critérios de correção da prova de didática serão objetivamente estabelecidos no edital do concurso público.

§6º O candidato terá o direito de conhecer as razões de sua reprovação em qualquer das fases do concurso, sendo-lhe permitido a interposição de recurso.

§7º Não podem participar da Comissão e ou Banca de concurso, as pessoas que tiverem cônjuge, companheiro, ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inscrito no concurso público.

Art.21 – As contratações de pessoal, por tempo determinado, somente serão autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, obedecidos aos seguintes critérios:

I - existência de dotação orçamentária;

II - disponibilidade financeira;

III - justificativa, por parte do titular do órgão, da necessidade temporária desse pessoal e do excepcional interesse público;

IV - comprovação dos danos ou prejuízos que a ausência de servidores temporários possa causar; V - caráter essencialmente temporário da atividade.

§1º A duração das contratações de pessoal por tempo determinado será de um ano, prorrogável uma vez por igual período.

§2º Antes da contratação de pessoal por tempo determinado será aberto concurso interno, disponibilizando aos profissionais efetivos que trabalham em regime de 20(vinte) horas para ampliar a jornada para 40 (quarenta), nos termos da Resolução nº 2 do CNE.

SEÇÃO II DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art.22 - A progressão funcional é a evolução automática do profissional da educação de sua classe para outra do cargo que ocupa, em função da qualificação ou titulação exigida, nos termos do artigo 23, desta Lei.

Parágrafo Único - Na progressão funcional de que trata o caput deste artigo, o profissional da educação será enquadrado no mesmo nível alcançado na classe anterior.

Art. 23 - Para efeito da progressão funcional, os cargos de professor, pedagogo e trabalhadores em educação são agrupados em classes, compreendendo cada classe um grau determinado pela habilitação ou titulação do profissional do magistério.

§ 1º - O cargo de professor e pedagogo serão constituídos das seguintes classes:

- I. Professor Classe A
- II. Professor e pedagogo classe B
- III. Professor e pedagogo classe C
- IV. Professor e pedagogo classe D

- a) Professor classe "A" é o regularmente investido no cargo para cujo provimento de ensino médio magistério, se exige habilitação específica em nível médio magistério;
- b) Professor classe "B" é o regularmente investido em cargo para cujo provimento se exige habilitação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura plena;
- c) Pedagogo classe "B" é o administrador escolar, supervisor ou o orientador educacional com habilitação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura plena em pedagogia;
- d) Professor classe "C" é o que possui além da habilitação de nível superior, em licenciatura plena o curso de especialização com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas na área de educação;
- e) Pedagogo classe "C" é o administrador escolar, supervisor escolar, orientador educacional ou planejador educacional, que possui além da habilitação plena em pedagogia (nível superior) o curso de especialização com carga horária mínima de 360 horas na área afim
- f) Professor classe "D" é o que possui além da habilitação de nível superior em licenciatura plena no curso específico de mestrado na área de educação;
- g) Pedagogo classe "D" é o administrador escolar, supervisor escolar, orientador educacional ou planejador educacional que possui além de habilitação de nível superior (licenciatura plena em pedagogia), curso específico de mestrado ou curso afim na área de educação;

§ 2º - O cargo de trabalhador em educação (apoio administrativo) compreende as seguintes classes:

- I. Apoio administrativo classe A (vigia, merendeira, zeladora e motorista)
- II. Apoio administrativo classe B (agente administrativo, vigia, merendeira, zeladora e motorista)
- III. Apoio administrativo classe C (agente administrativo, vigia, merendeira, zeladora e motorista)
- IV. Apoio administrativo classe D (agente administrativo, vigia, merendeira, zeladora e motorista)
- V. Apoio administrativo classe E (agente administrativo, vigia, merendeira, zeladora e motorista)

- a) Apoio administrativo classe A é o regularmente investido no cargo para cujo provimento foi exigido habilitação específica em ensino fundamental incompleto.
- b) Apoio administrativo classe B é o regularmente investido em cargo para cujo provimento se exige habilitação em ensino Fundamental completo.
- c) Apoio administrativo classe C é o regularmente investido em cargo para cujo provimento se exige habilitação específica em ensino médio.

- d) Apoio administrativo classe D é o regularmente investido no cargo e seja detentor em habilitação de nível médio e mais formação técnica em: multimeios didáticos, alimentação escolar, infra-estrutura e gestão escolar e áreas afins;
- e) Apoio administrativo classe E é o regularmente investido no cargo e seja detentor de habilitação de nível superior.

SEÇÃO III DA PROGRESSÃO SALARIAL

Art. 24 - Progressão Salarial é a evolução do profissional da educação de um nível para outro superior do cargo e classe que ocupa, em função da avaliação do desempenho e da participação em cursos de atualização e aperfeiçoamento.

§ 1º - Os níveis salariais são os indicados nos anexos I e II desta Lei, identificados pelos algarismos romanos de I a VII, correspondendo cada nível um acréscimo de 5% (cinco por cento), incidindo o percentual sobre o vencimento imediatamente anterior.

§ 2º - Aplica-se a progressão salarial aos ocupantes dos cargos efetivos do quadro permanente dos profissionais da educação.

Art. 25 - Os profissionais do magistério terão direito à progressão salarial, desde que satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - houver completado no mínimo três anos de efetivo exercício na referência;

II - ter alcançado o conceito favorável nas avaliações de desempenho do período;

III - ter participado de treinamento de atualização e aperfeiçoamento na respectiva área de atuação, no período de três anos, em um total com carga horária igual superior a 240 (duzentos e quarenta) horas, admitindo-se apenas o somatório de cursos de no mínimo, 20 hora/aulas, com certificação de instituições públicas ou privadas autorizadas e reconhecidas pelo MEC;

§ 1º - Os incisos II e III, a que se refere o caput deste artigo, estão disciplinados na seção IV deste capítulo.

§ 2º - A falta de oferta dos cursos de atualização e aperfeiçoamento, bem como a não realização da avaliação pelo poder público municipal garante aos profissionais da educação deste município a progressão para cada intervalo de cinco anos.

Art. 26 - O município deve proporcionar as condições necessárias para que o servidor possa se qualificar no sentido de atender ao interesse público e melhorar a educação no Município.

Art. 27 - O tempo de serviço em que o profissional da educação se encontre afastado do exercício do cargo não será computado para o período de que trata o inciso I do artigo 25, exceto nos casos considerados de efetivo exercício na docência.

Art. 28 - A contagem de tempo de serviço para um novo período será sempre iniciada no dia seguinte àquele em que o servidor houver completado o período anterior.

Art. 29 - Perderá o direito a progressão salarial o profissional da educação que, no período de três anos a ser computado, tiver:

- I – recebido advertência escrita ou cumprido pena de suspensão;
 - II – mais de dez faltas não justificadas;
- Art. 30 – As progressões salariais, disciplinadas nos artigos 24 e 25, não poderá ser concedida ao profissional da educação quando posto à disposição de órgão ou entidade fora do sistema de ensino deste município;
- Art. 31 – O profissional da educação ao completar 05(cinco) anos de efetivo exercício no mesmo nível salarial será automaticamente, promovido para o nível imediatamente superior a que lhe pertence.

SEÇÃO IV DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

- Art. 32 – A avaliação de desempenho é o instrumento utilizado na aferição do desempenho do profissional da educação no cumprimento de suas atribuições, permitindo o seu desenvolvimento profissional na carreira, e deverá observar os princípios e regras estabelecidas nesta Lei vigente, bem como critérios a ser fixado em lei ordinária específica.
- § 1º – Para garantia dos valores da legalidade, moralidade e transparência dos processos de avaliação, fica autorizada a instituição de uma Comissão Central de Avaliação com mandato de 02 (dois) anos, composta de forma paritária por representantes da Secretaria Municipal de Educação, e representantes dos profissionais do magistério deste município.
- § 2º – A comissão de que trata o parágrafo anterior será composta de 04 (quatro) membros, sendo dois indicados pela SEMED e dois eleitos pelos profissionais do magistério deste município, elegendos entre eles o Coordenador.
- § 3º – Os processos de avaliação deverão considerar dentre outros elementos de convicção, registros, dados e informações prestadas pela chefia imediata dos profissionais da educação e pelo próprio avaliado.
- § 4º – As avaliações de desempenho deverão ser realizadas a cada três anos.
- Art. 33 – Na avaliação de desempenho serão adotados modelos que levarão em consideração o projeto pedagógico do ensino municipal, a natureza das atividades desempenhadas pelo profissional da educação e as condições em que serão exercidas, observadas as seguintes características fundamentais:
- I - objetividade, clareza e adequação dos processos e instrumentos de avaliação ao conteúdo ocupacional dos cargos;
 - II - periodicidade;
 - III - comportamento observável do profissional da educação;
 - IV - conhecimento prévio dos fatores de avaliação pelos profissionais da educação;
 - V - conhecimento do servidor da educação do resultado da avaliação;
 - VI - capacitação de avaliadores.
- Art. 34 – Deverão ser considerados duas formas básicas de avaliação de desempenho:
- I – Avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função dos profissionais da educação, levando-se em conta os seguintes critérios:
 - a) Assiduidade, pontualidade, disciplina, iniciativa, presteza e urbanidade no tratamento;

- b) Produtividade, eficiência e qualidade dos serviços prestados;
 - c) Concepção de metas e objetivos estabelecidos;
 - d) Administração do tempo;
 - e) Chefia e liderança, quando for o caso;
 - f) Cultura geral e profissional.
- II – Avaliação de características relacionadas à formação, capacitação e profissionalização dos profissionais da educação.
- Art. 35 – A avaliação de desempenho deverá servir também para a identificação de situações de desempenho funcional deficiente, irregular ou insatisfatório, com o propósito de corrigir distorções e necessidades de aperfeiçoamento e capacitação profissional.
- Art. 36 – Os profissionais da educação deverão freqüentar programas de educação inicial e continuada em instituição de ensino superior (IES), mediante planejamento apropriado do sistema municipal de ensino.
- Parágrafo único – O não cumprimento do regime de freqüência exigidos pelos cursos de aperfeiçoamento profissional continuado, não poderá ser justificado com a simples alegação de doença ou de outros motivos.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO

- Art. 37 – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- Art. 38 – Para o efetivo desempenho de suas atribuições, o profissional da educação terá o seu local de trabalho designado pelo Secretário Municipal de Administração ou equivalente, lotando-o preferencialmente, em Unidade Escolar próxima a sua residência respeitando a aprovação do concurso público ao qual o servidor foi submetido.
- Art. 39 – É de trinta dias o prazo para o servidor entrar em exercício contado da data da posse. Findo o prazo e não estando em exercício o servidor será exonerado.
- § 1º – Ao dirigente do órgão ou entidade para onde foi designado o profissional da educação compete dar-lhe exercício.
- § 2º – Ao entrar em exercício o profissional da educação apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.
- § 3º – É obrigatório o registro da freqüência do profissional da educação na Unidade administrativa onde tem lotação, na conformidade com as normas regulamentares.
- § 4º – O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do profissional da educação.
- Art. 40 – Considera-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos, sem prejuízo de outros previstos em legislação específica, os dias em que o ocupante de cargos da educação se afastar do serviço, em virtude de:
- I – férias;
 - II – casamento, até oito dias, consecutivos;
 - III – luto por falecimento de cônjuge, filho, enteado, pai, mãe e irmãos, até oito dias, consecutivos;

- IV – nascimento de filho por cinco dias;
V – licença, exceto quando não remunerada;
VI – missão ou treinamento de interesse da Administração, mediante autorização;
VII – afastamento preventivo, enquanto se realiza inquérito administrativo, quando necessário;
VIII – licença para mandato classista em sindicato da categoria

CAPÍTULO III DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 41 - A substituição é o ato mediante o qual a autoridade competente designa o profissional da educação para exercer, temporariamente, as funções de outro em suas faltas e impedimentos.

Art. 42 - Poderá ser substituído, em caráter de emergência, o profissional da educação que se afastar de suas funções, em virtude de doença ou por qualquer outro motivo de ordem legal, quando esse afastamento prejudicar as atividades escolares.

Art. 43 - A substituição será obrigatória quando o afastamento for igual ou superior a 15 (quinze) dias, cabendo ao Diretor da Escola ou órgão superior competente indicar o substituto ao Secretário Municipal de Educação, para a designação:

Parágrafo Único - quando o afastamento não ultrapassar uma quinzena, fica o professor obrigado quando do seu retorno fazer a reposição presencial das aulas, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 44 - Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 1º o substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles no respectivo período.

§ 2º o substituto fará jus a retribuição pelo exercício do cargo ou função ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

Art. 45 - A substituição terá sempre caráter temporário.

CAPÍTULO IV DA CEDÊNCIA

Art. 46 - A cedência é o ato através do qual o Prefeito Municipal coloca o professor ou especialista e demais profissionais da educação, com ou sem ônus para o órgão de origem, à disposição de entidade ou órgão da administração pública federal, estadual ou municipal.



Parágrafo único - A cedência será, sem ônus para o órgão de origem, quando o professor ou especialista e demais profissionais da educação for colocado à disposição da entidade sem vínculo administrativo com a Secretaria Municipal de Educação, para exercer funções fora do sistema de ensino deste município.

Art. 47 - A cedência será concedida pelo prazo máximo de 01(um) ano, sendo renovável anualmente, se assim convier às partes interessadas.

Art. 48 - O professor ou o especialista e demais profissionais da educação de cargo de carreira cedido, somente terá direito a promoção, na forma prevista no art. 29.

CAPÍTULO V DA REMOÇÃO

Art. 49 - A remoção é o deslocamento do profissional da educação de um para outro local da rede municipal de ensino, processando-se ex-officio, a pedido ou por permuta.

Art. 50 - A remoção a pedido somente poderá ser concedida quando existir vaga.

Art. 51 - A remoção por permuta só poderá ser atendida quando os requerentes exercerem a mesma atividade.

Art. 52 - A remoção ex-officio será processada se houver real interesse para o ensino, comprovada em proposta do órgão competente, desde que não haja professores disponíveis ou demais profissionais da educação ou com carga horária incompleta na própria escola.

Art. 53 - O profissional do magistério ocupante de cargo eletivo não poderá ser removido ex-officio no prazo de vigência do respectivo mandato.

CAPÍTULO VI DO AFASTAMENTO

Art. 54 - Cabe ao Prefeito, no interesse da administração, conceder afastamento sem prejuízo de sua remuneração, ao integrante do magistério, para:

I - frequentar treinamentos, cursos ou estágios de aperfeiçoamento compatíveis com a sua área de atuação;

II - participar de grupos de trabalho para a execução de tarefas de interesse do serviço público municipal na área de educação ou afins;

III - cumprir missão oficial dentro ou fora do país;

IV - participar de Diretoria Executiva de associações ou órgãos da classe como presidente;

V - Frequentar curso de pós-graduação, (lato-senso, stricto-senso), treinamento e aperfeiçoamento, sempre no percentual de 5% (cinco) por cento do quadro de profissionais efetivos;

Parágrafo único - O poder executivo definirá normas para concessão de afastamento a pedido para cursos de capacitação ou qualificação.

Art. 55 - Desde a expedição do diploma para o cargo eletivo, o profissional da educação ficará afastado do exercício do cargo, enquanto durar o desempenho do mandato;



Parágrafo único - Em se tratando de mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, poderá permanecer no seu cargo, sem prejuízo da remuneração a que faz jus.

**TÍTULO IV
DOS DIREITOS E DEVERES
CAPÍTULO I
DA REMUNERAÇÃO**

**SEÇÃO I
DO VENCIMENTO/PISO**

Art. 56 - Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em Lei.

Art. 57 - Vencimento é a retribuição pecuniária devida ao membro do magistério pelo exercício do cargo efetivo, correspondente à classe e nível do ocupante do cargo, na forma especificada no anexo I, desta Lei.

Art. 58 - O vencimento e remuneração dos profissionais da educação estão fixados nas tabelas em anexo, observando a qualificação exigida para cada classe e nível.

I - Professor classe "A" nível I, vencimento básico/remuneração é de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, reduzindo-se em 50% (cinquenta por cento) para uma jornada de 20 (vinte) horas semanais, respeitando-se o piso nacional de salário para efeito de remuneração, conforme artigo 2º da Lei 11.738/2008, atualizado na forma do art. 5º da Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, com o acréscimo da diferença remanescente.

II - Professor classe "B" nível I, vencimento básico/remuneração 30% sobre classe A nível I para uma jornada de 40 horas semanais, reduzindo-se em 50% para uma jornada de 20 horas semanais.

III - Pedagogo classe "B" nível I, terá o mesmo vencimento/remuneração do professor classe "A" nível I com acréscimo de 20% (vinte por cento), para uma jornada de 40 horas semanais.

IV - Professor classe "C" nível I, terá o mesmo vencimento/remuneração do professor classe "B" nível I com acréscimo de 8%, observando-se a mesma redução contida no inciso I.

V - Pedagogo classe "C" nível I, terá o mesmo vencimento/remuneração do pedagogo classe "B" nível I com acréscimo de 8%, para uma jornada de 40 horas semanais.

VI - Professor classe "D" nível I, terá o mesmo vencimento/remuneração do professor classe "C" nível I acrescido 15%, para uma jornada de 40 horas, observando a mesma redução do inciso I.

VII - Pedagogo classe "D" nível I, terá o mesmo vencimento do pedagogo classe "C" nível I com acréscimo de 15%, para uma jornada de 40 horas semanais.

Art. 59 - O Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica municipal será atualizado, anualmente no mês de janeiro a partir do ano de 2010.

Parágrafo único - A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos

iniciais do Ensino Fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007.

Art. 60- Para o cálculo dos vencimentos dos profissionais de educação que atuam na área administrativa será observado:

- I - Apoio administrativo classe A, Corresponde a 1,00%(um ponto percentual) do valor do salário Classe A nível I do anexo II;
- II - Apoio administrativo classe B Corresponde a 1.05%(um ponto cinco percentual) do salário inicial da classe AI;
- III - Apoio administrativo classe C corresponde a 1,10% (um ponto dez percentual) do salário inicial AI;
- IV - Apoio administrativo classe D corresponde a 1,15% (um ponto quinze percentual) do salário de AI;
- V- Apoio administrativo classe E corresponde a 1.30% (um ponto trinta percentual) do salário de AI.

Art. 61- O valor dos salários dos profissionais de educação que atuam na área administrativa será reajustado, através de lei específica de vencimentos dos servidores públicos municipais.

**SEÇÃO II
DOS AUXÍLIOS E ADICIONAIS**

Art. 62- O profissional da educação em exercício em escola localizada na zona rural, considerada de difícil acesso fará jus a um auxílio-transporte de natureza indenizatória, quando a distância entre a escola e a sede do município for acima de 07(sete) km.

§ 1º - A localização de que trata o caput deste artigo não se estende aos profissionais que residem no mesmo perímetro da escola, fazendo jus à gratificação aludida somente aqueles que residirem a mais de 07 km da escola onde estiver lotado.

§ 2º - São requisitos mínimos para a classificação da escola localizada na zona rural como de difícil acesso:

- I - Distância de mais de sete quilômetros da zona urbana do município, ou da residência do professor, quando este residir no mesmo perímetro da escola;
- II - Inexistência de linha regular de transporte coletivo ou de transporte oferecido pelo município.

§ 3º O valor do auxílio-transporte será estipulado através de ato do gestor público municipal, sendo reajustado proporcionalmente conforme o reajuste nacional.

Art. 63- O professor no exercício das funções de diretor e de secretário de escola, perceberão uma gratificação de acordo com a classificação da escola, por ato do Prefeito publicado no mês de janeiro, de acordo com o censo escolar do ano anterior.

§ 1º Da gratificação do Diretor:

- I - Escola de grande porte - 20% (vinte por cento);
- II - Escola de médio porte - 15% (quinze por cento);

- III - Escola de pequeno porte-10% (dez por cento);
§ 2º - Da gratificação de secretário escolar:
I – Escola de grande porte – 15% (quinze por cento)
II- Escola de médio porte – 10% (dez por cento);
III – Escola de pequeno porte – 5% (cinco por cento).
§ 3º - As escolas que funcionam nos três turnos, terão um diretor adjunto e um auxiliar da Secretaria escolar, e receberão uma gratificação de 50%(cinquenta por cento) da gratificação do diretor e do secretário da escola que atuarão.
§ 4º - As gratificações não se incorporam aos vencimentos, findo o exercício na função, retorna-se o vencimento e/ou remuneração na classe e nível devido do servidor.
§5º - As gratificações de que trata o caput deste artigo serão calculadas sobre o salário base do servidor.

CAPITULO II

DAS FÉRIAS

- Art. 64 - Os ocupantes de cargo do magistério, pedagogos e diretores gozarão férias regulamentares de 30 (trinta) dias anuais, fixados nos períodos do recesso escolar e de acordo com o interesse da escola. Os demais servidores farão jus a férias anuais de 30 (trinta) dias, devendo preferencialmente serem gozadas no período do recesso escolar.
§1º - Não será permitido acumular férias e nem transferi-las, para período de aulas regulamentares.
§2º - Será concedido 15 (quinze) dias de recesso escolar para os profissionais do magistério ficando à disposição do órgão caso haja necessidade e conveniência para realização de atividades pedagógicas e elaboração do calendário escolar.

CAPITULO III

DAS LICENÇAS

- Art. 65 - Será concedida licença remunerada para aperfeiçoamento ou especialização profissional na área da educação pelo prazo de até três anos.
§ 1º - A licença somente será concedida quando o curso de aperfeiçoamento ou especialização não poder ser frequentado sem prejuízo do serviço.
§ 2º - O pessoal dos cargos de profissionais da educação licenciados para fins de que trata este artigo obriga-se a prestar serviços no órgão de lotação quando do seu retorno por um período de no mínimo igual ou superior ao seu afastamento, sob pena de ressarcir ao erário municipal o valor das remunerações recebidas durante o afastamento.
Art. 66 - Conceder-se-á aos profissionais da educação licença:

- I – por motivo de doença em pessoa da família;
II – por motivo de afastamento do Cônjuge ou companheiro;
III – para o serviço militar;
IV – para atividade política;
V – para capacitação;
VI – para tratar de interesses particulares;
VII – para desempenho de mandato classista;
VIII – gestante, paternidade, adoção e aborto;
IX – para tratamento de saúde;
X – por acidente em serviço;
§ 1º - A licença prevista no inciso I será precedida de exame por médico ou junta médica oficial.
§ 2º - É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo.
Art. 67 - A licença concedida dentro de sessenta dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.
Art. 68 - São competentes para conceder licença:
I – O Prefeito Municipal aos dirigentes de órgãos, que lhes sejam diretamente subordinados, e quando a licença para aperfeiçoamento e pós-graduação for para curso fora do município;
II – O Secretário de Educação aos profissionais da educação, que lhe sejam subordinados.

SEÇÃO I

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

- Art. 69 - Poderá ser concedida licença ao profissional da educação por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva as suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.
§ 1º - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não poder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.
§ 2º - A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até trinta dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração por até noventa dias.

SEÇÃO II

DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

- Art. 70 - Poderá ser concedida a licença ao profissional da educação municipal para acompanhar o cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território

nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos poderes executivo e legislativo.

§ 1º - A licença será por prazo indeterminado sem remuneração.

SEÇÃO III DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR

Art. 71 – Ao profissional da educação convocado para o serviço militar será concedida licença não remunerada, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único – concluindo o serviço militar, o servidor terá até trinta dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

SEÇÃO IV DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art. 72 – O profissional da educação terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

Parágrafo único – o profissional da educação básica candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções que exerça cargo de direção, chefia e assessoramento, dele será afastado a partir do dia imediato ao registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

Art. 73 – A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o profissional da educação fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

SEÇÃO V DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

Art. 74 – Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

Parágrafo único – Os períodos de licença de que trata o caput deste artigo não serão acumulados

SEÇÃO VI DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES



Art. 75 – A critério da administração poderá ser concedida ao profissional da educação ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único – A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do profissional da educação ou no interesse do serviço.

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 76 – É assegurado ao profissional da educação o direito a licença com remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional e sindicato representativo da categoria, desde que exerça o cargo de presidente.

SEÇÃO VIII DA LICENÇA GESTANTE, PATERNIDADE, ADOÇÃO E ABORTO.

Art. 77 – A licença gestante é benefício de caráter previdenciário garantido pelo artigo 7º inciso XVIII da Constituição Brasileira.

Art. 78 – Será concedida licença gestante ao profissional da educação, na forma da Lei, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de nascido prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º - No caso do natimorto decorrido trinta dias do evento a parturiente será submetida a exame médico e se julgada apta reassumirá o exercício.

Art. 79 – O profissional da educação municipal terá direito a licença paternidade, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único – A licença de que trata o caput deste artigo será de cinco dias consecutivos, a contar do parto da esposa ou da companheira ou em caso de adoção.

SEÇÃO IX DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 80 – Será concedida ao profissional da educação municipal licença para tratamento de saúde, concedida com base em exame médico pericial sem prejuízo a remuneração que fizer jus.

Parágrafo único – Para licença de até quinze dias a perícia será realizado por médico credenciado por órgão competente da administração municipal e, se por prazo superior por junta médica da previdência oficial.



SEÇÃO X DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art. 81 – Será licenciado com remuneração integral o profissional da educação acidentado em serviço ou acometido de moléstia profissional.

Art. 82 – Configura acidente em serviço ou doença profissional, o dano físico ou mental sofrido pelo profissional da educação, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, nos termos do art. 19 da Lei 8213 de 1991.

Parágrafo único – equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I – decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo profissional da educação em exercício do cargo;

II – sofrido no percurso para o trabalho e vice e versa.

Art. 83 – A prova do acidente será feita no prazo de dez dias prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

CAPITULO IV DOS DEVERES

Art. 84 - São deveres do profissional do magistério:

- I- elaborar e executar os planos e programas de atividades escolares;
- II- cumprir e fazer com que os alunos cumpram os horários e calendários escolares;
- III- desempenhar as atribuições de seu cargo, de acordo com as descrições especificadas no anexo III;
- IV- manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula ou fora dela;
- V- comparecer as reuniões para as quais for convocado;
- VI- promover e participar de atividades comunitárias de caráter cívico-social que atraíam os membros da comunidade;
- VII- trabalhar no sentido de promover a valorização da escola na comunidade a que serve;
- VIII- respeitar as autoridades constituídas, os monumentos e as tradições de nossa história;
- IX- incentivar a preservação do sentimento de nacionalidade e civismo;
- X- zelar pela economia de material e a conservação do patrimônio público;
- XI- estabelecer estratégia de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- XII- ministrar os dias letivos e horas-aula, estabelecidos no calendário escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- XIII- preservação do sentimento de nacionalidade;
- XIV- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- XV- aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

XVI- fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 85- O ocupante de emprego, profissional da educação pública municipal tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições mantendo conduta adequada a dignidade profissional em razão ao que se destaca:

§1º São deveres comuns a todos os profissionais da educação:

- I- Conhecer e respeitar a lei;
- II- Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- III- Preservar os princípios ideais e fins da educação brasileira;
- IV- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
- V- Zelar pela aprendizagem dos alunos, no âmbito de suas incumbências;
- VI- Colaborar com as atividades de articulação da escola, com as famílias e a comunidade;
- VII- Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando tarefas com eficiência, zelo e presteza;
- VIII- Manifestar-se solidário cooperando com a comunidade escolar e com a localidade;
- IX- Apresentar atitudes de respeito e consideração para com os superiores hierárquicos a tratar com urbanidade os colegas e os usuários de serviços educacionais;
- X- Zelar pela conservação e bom uso dos recursos do município;
- XI- Zelar pela defesa dos direitos profissionais e por sua reputação;
- XII- Guardar sigilo profissional;
- XIII- Fornecer elementos de sua vida profissional junto aos órgãos da administração.

TITULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I DO REGIME E DAS NORMAS OPERACIONAIS

Art. 86 - Aplicar-se-á ao profissional do magistério, o regime disciplinar previsto no regime jurídico em vigência na Prefeitura, além das normas operacionais estabelecidas em regimento interno da escola.

Art. 87 - O regimento interno da escola, contendo normas operacionais, será elaborado por uma Comissão constituída por membros do setor educacional do município e da comunidade escolar.

CAPITULO II DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 88 - A jornada de trabalho dos profissionais da educação corresponde a 40 (quarenta) horas semanais, sendo a dos docentes constituída de uma parte de horas-aula e a outra de horas-atividade.

Art. 89 – Na composição da jornada de trabalho matem-se 20% (vinte por cento) para as horas-atividade e 80% (oitenta por cento) para os desempenhos das atividades de interação com os educandos.

Art. 90 - O regime de trabalho para o pessoal do magistério será de 40(quarenta) horas semanais, permitido a nomeação para cumprimento de 20(vinte) horas em casos especiais, se assim definido no edital para o concurso público.

§ 1º - Ao professor efetivo em regime de vinte horas semanais poderá ser concedido um segundo turno, por convocação expressa e justificada em portaria do Secretário Municipal de Educação, de acordo e limitado à necessidade do município e a disponibilidade do servidor;

§ 2º - O horário pedagógico do professor será efetivamente prestado no estabelecimento de ensino no desenvolvimento das atividades correlatas.

Art. 91 - A jornada de trabalho do profissional do magistério, investido no cargo mediante concurso publico para o regime de 40(quarenta) horas, somente poderá ocorrer redução com a concordância do servidor;

TITULO V DAS DISPOSICOES GERAIS E TRANSITORIAS

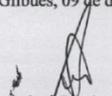
Art. 92 - As despesas decorrentes da aplicação deste plano ocorrerão por conta de dotações do próprio orçamento e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Art. 93 - Os casos omissos serão disciplinados em normas complementares, aprovadas por ato do Prefeito Municipal, utilizando-se subsidiariamente, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e a Lei 8.112/1990

Art. 94 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 95- Revogam-se as disposições da Lei 019/98 de 30 de abril de 1998 e suas alterações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gilbués, 09 de dezembro de 2009.


Francisco Pereira de Sousa
Prefeito Municipal

ANEXO I TABELA SALARIAL de R\$ 950,00-2009.

CARGO-CLASSE	JORNADA SEMANAL DE TRABALHO	NIVEL	OU	REFERENCIA	SALARIAL			
		I	II	III	IV	V	VI	VII
PROFESSOR-CLASSE A	20H	475,00	498,75	523,68	549,87	577,36	606,22	636,53
	40H	950,00	997,50	1.047,37	1.099,74	1.154,72	1.212,45	1273,07
PROFESSOR-CLASSE B	20H	617,50	648,37	680,79	714,83	750,57	788,10	827,50
30%	40H	1.235,00	1.296,75	1361,58	1429,66	1501,15	1.576,20	1.655,01
PEDAGOGO CLASSE B.	20H	741,00	778,05	816,95	857,79	900,68	945,70	992,98
20%	40H.	1.482,00	1.556,10	1.633,90	1.715,59	1.801,36	1.891,42	1.985,99
PROFESSOR-CLASSE C.	20H	666,90	700,24	735,25	772,02	810,62	851,15	893,70
8%	40H.	1.333,80	1.400,49	1.470,51	1.544,04	1.621,24	1.702,30	1.787,41
-PEDAGOGO CLASSE C.	20H	800,28	840,29	882,30	926,42	972,74	1.021,38	1.072,42
8%	40H	1.600,56	1.680,58	1.764,60	1.852,84	1.945,48	2.042,76	2.144,90
Professor Classe D	20H	766,93	805,28	845,54	887,82	932,21	978,82	1.027,76
15%	40h	1.533,87	1.610,56	1.691,09	1.775,64	1.864,42	1957,64	2.055,53
Pedagogo Classe D	20H	920,31	966,33	1.014,64	1.065,38	1.118,65	1.174,58	1.233,28
15%	40H	1.840,63	1.932,66	2.029,29	2.130,76	2.237,30	2.349,16	2.466,62

ANEXO III

DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

- I. TÍTULO DO CARGO: Professor classe A, B, C e D.
- II. DESCRIÇÃO SUMÁRIA:
- Planejar e ministrar aulas e atividades afins, para alunos da educação infantil ao ensino fundamental, elaborando e aplicando testes, estabelecendo tarefas para os alunos, selecionando o material didático a ser empregado no ensino, em conformidade com os programas estabelecidos.
- III. DESCRIÇÃO DETALHADA:
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
 - Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
 - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
 - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
 - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
 - Ministrar aulas e atividades de classe, observando o plano de trabalho;
 - Elaborar e aplicar testes, provas e outros métodos usuais de avaliação;
 - Estabelecer tarefas individuais e em grupo;
 - Selecionar e/ou confeccionar o material didático, a ser utilizado no ensino;
 - Registrar no diário de classe ou equivalente as notas e as frequências dos alunos, bem como as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas;
 - Participar de curso de atualização e/ou aperfeiçoamento em sua área de atuação;
 - Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo, mediante determinação superior.
- IV. REQUISITOS PARA PROVIMENTO
- Classe A - instrução equivalente ao 2º grau, com habilitação para o magistério;
 - Classe B - curso de licenciatura plena, com habilitação específica na área;
 - Classe C - além da habilitação de nível superior curso específico de especialização com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas na área de educação;
 - Classe D - possuir além da habilitação de nível superior (licenciatura plena) curso específico de mestrado na área de educação;
 - Ser maior de 18 anos



DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

- I. TÍTULO DO CARGO: Pedagogo
- II. DESCRIÇÃO SUMÁRIA:
- Executar atividades específicas de planejamento, administração, supervisão escolar e orientação educacional no âmbito da rede Municipal.
- III - DESCRIÇÃO DETALHADA:
- a) Atividades comuns às áreas de planejamento, administração, supervisão e orientação:
- Participar da elaboração do planejamento da educação municipal;
 - Propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino;
 - Participar da elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando à atualização e aperfeiçoamento do magistério;
 - Participar da elaboração do plano Global da escola, Regimento Escolar e das Grades Curriculares;
 - Participar das distribuições de turmas e da organização da carga horária;
 - Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo ensino – aprendizagem;
 - Integrar o colegiado escolar, atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação das causas e na busca de alternativas e soluções;
 - Participar de reuniões técnico-administrativo – pedagógicas na escola e nos órgãos da Secretaria municipal de Educação;
 - Participar do processo de integração família – escola – comunidade.
- b) Na área de Supervisão escolar:
- Planejar, supervisionar, avaliar e reformular o processo ensino – aprendizado, traçando metas, criando ou modificando processos educativos, para propiciar a educação integral dos alunos;
 - Desenvolver pesquisas de campo, promovendo visitas, consultas e debates de sentido sócio – econômico – educativo, para evidenciar recursos, problemas e necessidades da área educacional;
 - Elaborar em conjunto com os demais educadores e em consonância com a comunidade, currículos, planos de cursos e programas, estabelecendo normas e diretrizes, para assegurar ao sistema educacional conteúdos programáticos autênticos e definidos, em termos de qualidade e rendimento;
 - Orientar o corpo docente sobre o desenvolvimento de suas potencialidades profissionais, incentivando – lhe a criatividade, a autocrítica, o espírito de equipe e a busca do aprimoramento;
 - Supervisionar a aplicação de currículos, planos e programas, promovendo a inspeção de unidades escolares, acompanhando, controlando e avaliando o desenvolvimento de seus componentes;
 - Examinar relatórios e participar dos conselhos de classe, para aferir a validade dos métodos de ensino utilizados;



- participar do processo de avaliação escolar e recuperação de alunos, para identificar os pontos de estrangulamento do processo ensino-aprendizagem;
- c) Na área de orientação educacional:
- Assistir os educandos em estabelecimento de ensino, orientando-os e auxiliando-os em seu desenvolvimento intelectual e na formação de sua personalidade;
 - Participar da elaboração do currículo escolar, opinando sobre suas implicações no processo de orientação educacional;
 - Organizar fichário dos alunos, visando facilitar o levantamento de dados pessoais;
 - coordenar o processo de desenvolvimento de aptidões e interesses dos educandos, para aprimorar suas qualidade de reflexos e integração social;
 - ensajar aos educandos a aquisição de conhecimentos sobre profissões, para orienta-los na escolha de sua ocupação;
 - auxiliar na solução de problemas individuais dos alunos, a fim de contribuir para a sua compreensão no meio em que vive e conseqüente posicionamento nesse meio;
 - promover a integração escola – família - comunidade, organizando reuniões com os pais dos alunos;
 - participar do processo de avaliação escolar e recuperação de alunos, para identificar os pontos de estrangulamento do processo ensino – aprendizagem;
 - executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, mediante determinação superior.

III. REQUISITOS PARA PROVIMENTO

- Licenciatura plena em pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional;
- Ter, no mínimo, dois anos de experiência na função docente;
- Ser maior de 18 anos.

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

I - TÍTULO DO CARGO: Apoio Administrativo.

II - DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

III - DESCRIÇÃO DETALHADA:

a) vigia:

- abrir e fechar o estabelecimento responsabilizando-se pelas chaves;
- acatar as ordens da direção quanto ao horário e distribuição do serviço;
- colaborar com a disciplina dos alunos e tratá-los com compreensão e bons modos;
- responsabilizá-se pela guarda do prédio impedindo a entrada e permanência de estranhos que possa danificar ou perturbar a tranquilidade do ambiente.
- cuidar da conservação do prédio, das instalações elétricas, sanitárias e do mobiliário.

b) zelador(a):

- acatar as ordens da direção quanto o horário e distribuição de serviços;
- executar limpeza de todas as dependências, móveis, utensílios e equipamentos;
- solicitar com a devida antecedência, o material de limpeza; responsabilizar-se pela conservação e uso adequado do material de limpeza;
- verificar diariamente as condições de ordem e higiene de todas as dependências;
- colaborar com a disciplina em todo local de trabalho.

c) bibliotecário:

- coordenar, executar e controlar as atividades desenvolvidas na biblioteca;
- trazer a biblioteca em perfeito estado de funcionamento e organização;
- propor ao órgão competente aquisição de livros que contribuam para o enriquecimento e/ou atualização do acervo bibliográfico;
- desempenhar suas funções de acordo com as prescrições desta lei e do regulamento da biblioteca;
- orientar o público quanto às informações solicitadas.

d) corpo técnico administrativo:

- ser assíduo, pontual e eficiente no desempenho de suas funções;
- tratar com urbanidade e respeito os integrantes do departamento;
- zelar pelo patrimônio de seu local de trabalho;
- comparecer para prestar serviço extraordinário quando convocados;
- conhecer e vivenciar a ética e a transparência na administração pública;
- compreender as principais concepções de administração e como essas ressoam no planejamento educacional;
- dominar os fundamentos da gestão curricular, gestão administrativa e financeira da unidade;
- compreender e analisar a legislação educacional nas constituições nas leis de diretrizes e bases, no plano educacional e nos conselhos de educação;
- ler, compreender e produzir com autonomia, registro e escritas de documentos oficiais relacionando-os com as práticas educacionais;
- dominar os conceitos básicos e as diversas teorias do campo da comunicação;
- dominar os principais conhecimentos da profissão, integrando os conhecimentos científicos e tecnológicos transmitidos e produzidos, além de ressignificar sua experiência profissional;
- conhecer e compreender as questões ambientais no contexto da educação para a cidadania e para o trabalho, bem como do desenvolvimento nacional, regional e local;
- ter familiaridade com os equipamentos e materiais e matérias didáticos mais comum nas escolas, de forma a reconhecer as alternativas de seu uso nas diferentes situações pedagógicas e prover sua manutenção e conservação.

e) merendeira:

- preparar cardápio escolar de alto valor nutritivo, baixo custo, preparo rápido e sabor regionalizado e sazonal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GILBUÉS
Praça Joaquim N. Paranaguá, S/N – CEP: 64.930-000
CNPJ. : 06.554.216/0001-85

- auxiliar nas definições dos cardápios diários, zelando pela obediência as orientações específica do setor competente;
 - cuidar da higiene e da arrumação das dependências, da cozinha e da dispensa;
 - cuidar das condições de higiene, da arrumação e da preservação dos gêneros alimentícios, dos utensílios e dos equipamentos de cozinha;
 - preparar e servir as refeições segundo as normas e orientações específicas do setor competente;
 - observar as normas de apresentação e higiene que orienta a ação do profissional que prepara e/ou serve a alimentação.
- f) motorista:
- fazer o transporte de pessoas e de mercadorias da instituição, de acordo com as demandas apresentadas pela secretaria de educação;
 - zelar pelos veículos da instituição sob sua responsabilidade;
 - comunicar ao órgão competente sobre qualquer necessidade de manutenção percebida nos veículos;
 - conduzir o veículo com segurança, respeitando as leis do trânsito e sendo responsável pelo pagamento de multas de trânsito que tenha dado causa.

APROVADO

EM 18/12/2009

VOTO(S) CONTRA 00

VOTO(S) FAVORÁVEL(EIS) 08

ABSTENÇÃO(ÕES) 00

EMENDA ADITIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº077/2009.

CÂMARA MUN. DE GILBUÉS-PI

Paulo Henrique Magalhães Mascarenhas
Presidente da Câmara

DAS LICENÇAS

SEÇÃO XI
DÁ LICENÇA SABÁTICA

Art.84 – Os profissionais da educação que após sete anos de efetivo exercício no magistério, farão jus a seis meses de licença sabática, assegurada percepção da remuneração do respectivo cargo ou emprego de carreira, conforme artigo 5º inciso XV da resolução 02 de 28 de maio de 2009.

§ 1º - a concessão do semestre sabático tem por fim permitir o afastamento do docente para realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional.

§ 2º - Este aprimoramento pode ser realizado dentro ou fora do âmbito acadêmico, em instituição nacional ou estrangeira.

Art. 85 – A licença sabática, referente a um semestre sabático respeitado o interesse do professor e a conveniência do órgão ao qual está vinculado deverá ser gozada dentro de período que não afete mais de um semestre letivo.

JUSTIFICATIVA:

A Licença Sabática já estava prevista na minuta inicial, agraciando apenas os profissionais de 40 horas o que está ferindo a lei, pois, os profissionais de 20 horas tem o mesmo direito de aperfeiçoamento igual aos de 40 horas.

Aos demais artigos do capítulo IV – dos deveres, ficarão alterados conforme a ordem numérica de alteração.

Câmara Municipal de Gilbués-PI, 18 de dezembro de 2009.

Marlos Elon de Carvalho
Vereador

APROVADO

EM 18/12/2009

VOTO(S) CONTRA 00

VOTO(S) FAVORÁVEL(EIS) 08

ABSTENÇÃO(ÕES) 00

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº077/2009

O Art.23 § 1º do Projeto de Lei nº 077 de 2009 passa a ter a seguinte redação:
Art.23 § 1º:

- I. Professor classe A
- II. Professor classe B
- III. Professor classe C
- IV. Professor classe D

- a) Professor classe "A" é o regularmente investido no cargo para cujo provimento de ensino médio magistério, se exige habilitação específica em nível médio magistério;
- b) Professor classe "B" é o regularmente investido em cargo para cujo provimento se exige habilitação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura plena;
- c) Professor classe "C" é o que possui além da habilitação de nível superior, em licenciatura plena o curso de especialização com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas na área de educação;
- d) Professor classe "D" é o que possui além da habilitação de nível superior em licenciatura plena no curso específico de mestrado na área de educação;

§2º - Pedagogo é o administrador escolar, o supervisor escolar, o orientador ou planejador educacional com carga horária laborada em regime de 40 horas semanais.

§3º - As classes: B, C e D aplicam-se também aos pedagogos, recebendo para esse fim o valor referente a 30% incidindo sobre a remuneração básica da classe A I.

§4º - A investidura para o cargo de Pedagogo será feita através de concurso público de provas e títulos.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o Executivo deve primeiro criar o cargo de Pedagogo em Projeto de Lei com posterior aprovação do Legislativo, seguido esse trâmite, o salário e requisitos para investidura no cargo será regulamentado por edital de Concurso Público.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº077/2009.

O Art. 58 do Projeto de Lei nº 077 de 2009 passa a ter a seguinte redação:

Art. 58: O vencimento e remuneração dos profissionais da educação estão fixados nas tabelas em anexo, observando a qualificação exigida para cada classe e nível.

I – Professor classe "A" nível I, vencimento básico/remuneração é de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, reduzindo-se em 50% (cinquenta por cento) para uma jornada de 20 (vinte) horas semanais, respeitando-se o piso nacional de salário para efeito de remuneração, conforme artigo 2º da Lei 11.738/2008, atualizado na forma do art. 5º da Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, com o acréscimo da diferença remanescente.

II – Professor classe "B" nível I, vencimento básico/remuneração 30% sobre classe A nível I para uma jornada de 40 horas semanais, reduzindo-se em 50% para uma jornada de 20 horas semanais.

III – Professor classe "C" nível I, terá o mesmo vencimento/remuneração do professor classe "B" nível I com acréscimo de 8%, observando-se a mesma redução contida no inciso I.

IV – Professor classe "D" nível I, terá o mesmo vencimento/remuneração do professor classe "C" nível I acrescido 15%, para uma jornada de 40 horas, observando a mesma redução do inciso I.

PAULO HENRIQUE NOGUEIRA MASCARENHAS
Presidente da Câmara

Parágrafo Único: Regência é o acréscimo concedido ao professor em exercício da docência com percentual de 20% incidindo sobre sua remuneração básica conforme o artigo 41 da lei nº019/1998.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o Executivo deve primeiro criar o cargo de Pedagogo em Projeto de Lei com posterior aprovação do Legislativo, seguido esse trâmite, o salário e requisitos para investidura no cargo será regulamentado por edital de Concurso Público.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 03 AO PROJETO DE LEI Nº077/2009.

O Art. 89 do Projeto de Lei nº 077 de 2009 passa a ter a seguinte redação:

Art. 89 – Na composição da jornada de trabalho será observado 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das horas-atividades conforme Art. 2º § 4º da Lei 11.738 de 16 de julho de 2008.

JUSTIFICATIVA:

No ato da redação do referido artigo faltou a observação da lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, no seu Art. 2º §4º que rege a jornada de trabalho.

Câmara Municipal de Gilbués-PI, 18 de dezembro de 2009.

MARLOS ELON DE CARVALHO
Marlos Elon de Carvalho
Vereador

APROVADO

EM 18/12/2009

VOTO(S) CONTRA 00

VOTO(S) FAVORÁVEL(EIS) 08

ABSTENÇÃO(ÕES) 00

PAULO HENRIQUE NOGUEIRA MASCARENHAS
Presidente da Câmara

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER Nº 06/2009

APROVADO

EM 18/12/2009

VOTO(S) CONTRA 00

VOTO(S) FAVORÁVEL(EIS) 08

ABSTENÇÃO(ÕES) 00

Trata-se de projeto de lei nº 077/2009 de autoria do Executivo que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Gilbués.

Senhores Vereadores

É com grata satisfação que nos dirigimos à presença de Vossas Senhorias com a finalidade de apresentar nosso parecer e algumas emendas ao Projeto de Lei 077/2009 que "Introduz alterações na redação dos artigos: 23, 58, 84 e 89, que institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, e dá outras providências, considerando as exigências da Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação.

Dentre estas, destacamos o processo de adequação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, especialmente no que se refere à Classe, a jornada de trabalho, licença dos profissionais da educação e tabela de valores de remuneração. O referido Plano foi ajustado de forma democrática observando a legalidade e a constitucionalidade, através da Secretaria Municipal de Educação que conduziu os trabalhos de forma participativa juntamente com a classe de profissionais do Magistério do município de Gilbués.

Assim sendo, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 077/2009 condicionado às emendas em anexo.

CÂMARA MUN. DE GILBUÉS-PI

Paulo Henrique Nogueira Mascarenhas
Presidente da Câmara

Marlos Elon de Carvalho
Presidente da Comissão

Morvan Figueiredo Aguiar
Membro da Comissão

José Ribeiro Soares Filho
Membro da Comissão

ANEXO I
TABELA SALARIAL de R\$ 950,00-2009.

CARGO-CLASSE	JORNADA SEMANAL DE TRABALHO	NIVEL		REFERENCIA	SALARIAL			
		I	II		IV	V	VI	VII
PROFESSOR-CLASSE A	20H	475,00	498,75	523,68	549,87	577,36	606,22	636,53
	40H	950,00	997,50	1.047,37	1.099,74	1.154,72	1.212,45	1273,07
PROFESSOR-CLASSE B 30%	20H	617,50	648,37	680,79	714,83	750,57	788,10	827,50
	40H	1.235,00	1.296,75	1361,58	1429,66	1501,15	1.576,20	1.655,01
PROFESSOR-CLASSE C. 8%	20H	666,90	700,24	735,25	772,02	810,62	851,15	893,70
	40H	1.333,80	1.400,49	1.470,51	1.544,04	1.621,24	1.702,30	1.787,41
Professor Classe D 15%	20H	766,93	805,28	845,54	887,82	932,21	978,82	1.027,76
	40h	1.533,87	1.610,56	1.691,09	1.775,64	1.864,42	1957,64	2.055,53

CÂMARA MUNICIPAL DE GILBUÉS -PI

Gilbués- Pi, 18 de dezembro 2009.

Marlos Elon de Carvalho
Marlos Elon de Carvalho

APROVADO

EM 18/12/2009

VOTO(S) CONTRA 00

VOTO(S) FAVORÁVEL(EIS) 08

ABSTENÇÃO(ÕES) 00

CÂMARA MUN. DE GILBUÉS-PI

Paulo Henrique Nogueira Mascarenhas
Presidente da Câmara